

**HABEAS CORPUS Nº 548.993 - TO (2019/0358570-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : JOSE OZIREZ CARNEIRO MOREIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : MARCOS ARRUDA ESPINDOLA - TO005892**  
**JOSÉ OZIREZ CARNEIRO MOREIRA - TO006448**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO**  
**TOCANTINS**  
**PACIENTE : MERVAL RODRIGUES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

**MERVAL RODRIGUES DA SILVA** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de decisão proferida por Desembargador relator do **Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins**, que indeferiu a liminar no HC n. 0028932-10.2019.827.0000.

Nesta Corte, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, decretada em decorrência do flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 306 do CTB, ao argumento de que não estão presentes os requisitos para a sua decretação. Pretende, ainda, o reconhecimento de excesso de prazo.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), **não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.**

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, muitas vezes com a difícil reversibilidade da tutela eventualmente concedida, por magistrado distante dos fatos articulados no pedido e que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, que acabam por, premidos pelo dever de prestar jurisdição, sacrificam as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**O prejuízo da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações judiciais não alcança, vale acrescentar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência.** É que, dadas as **limitações estruturais e funcionais** de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos

órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias **consequências**: (a) retardo no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, anteriormente distribuídas (com prioridade temporal, portanto), com igual relevância temática e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) antecipação, com eventual preclusão do reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o sagrado direito de acesso ao Judiciário e o dever de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

O Juízo singular, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, entendeu necessária a medida, pelos seguintes fundamentos (fl. 29, grifei):

A situação do flagrado é grave. **Não é a primeira vez que é flagrado na condução de um automóvel, aliás, o mesmo veículo, sob a influência de álcool.** Ao sair do automóvel, o flagrado cambaleava nitidamente diante dos policiais. **Constam outras passagens, como Maria da Penha, bem como permanecer desaparecido no transcorrer de um processo penal, a fazer com que fosse expedido edital de intimação** (artigo 366 do Código de Processo Penal). **Também há notícia de mandado de prisão em aberto, em razão de dívida alimentar, bem como sentença de condenação, já transitada em julgado, proferida em razão de crime de ameaça. Seus antecedentes criminais são péssimos e longos,** conforme certidão juntada no evento 11. De fato, aflora a necessidade de assegurar a ordem pública, bem como garantir a instrução criminal.

Por ocasião do indeferimento de liberdade provisória requerida, o Juiz de primeiro grau reafirmou que "o acusado, além de responder a inquérito perante a Vara da Violência Doméstica, também já foi preso antes pela prática do mesmo crime do flagrante (dirigir embriagado) e

tem condenação criminal por ameaça" (fl. 33).

Tais fundamentos, à primeira vista, autorizam a segregação provisória, para resguardar a ordem pública, notadamente pelo **risco de reiteração delitiva do paciente**.

Ressalto que nada foi aventado na decisão impugnada sobre o alegado excesso de prazo, tese que sequer foi suscitada nas razões do *writ* originário, consoante o relatório de fl. 35, o que impede a análise da matéria, sob pena de indevida supressão de instância.

Portanto, **não identifico ilegalidade manifesta na decisão que ordenou a custódia preventiva**. Ressalto que a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**